



INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS E PROPOSTA SUPERADORA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DEBATE¹

Vidalcir Ortigara, Maurício Abel Coral

RESUMO

Este artigo traz análises de alguns debates relacionados à formação de professores de Educação Básica e de Educação Física, buscando a compreensão das influências da LDB e outras diretrizes, assim como da ideologia neoliberal neste contexto. Também aponta, em oposição ao quadro atual, movimentos que defendem reformulações nos cursos de formação do educador. Dentre essas reformulações estão a construção da concepção de um currículo de base comum nacional com sólida formação inicial, a valorização do magistério, condições dignas de salário e carreira e formação continuada como um direito dos professores. Entendemos que, frente às injustiças sociais, é necessário trabalhar objetivando a constituição do movimento de transformação social, numa abordagem crítico-social.

PALAVRAS-CHAVE: formação de professores; LDB; ideologia neoliberal; currículo de base comum nacional.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988, em sua implementação estabeleceu novas determinações para diversos segmentos sociais, dentre eles a educação.

A partir de então surgiu a necessidade da regulamentação legal que contemplasse as determinações para a educação estabelecidas na Carta Magna. Isso culminou com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394 –, sancionada pelo presidente da república em 20 de dezembro de 1996.

A nova LDB trouxe mudanças importantes para a formação dos profissionais da licenciatura em geral, dentre as quais podemos citar algumas normas orientadoras como: as finalidades e os fundamentos da formação dos profissionais da educação, os níveis e o *locus* da formação docente, a carga horária da prática de ensino e a valorização do magistério. Essa mesma Lei, no entanto, deixou lacunas em relação à formação de professores da Educação Básica em nível superior, que tiveram de ser revistas e determinadas através de outras normativas.

Em meio a esse contexto, tornaram-se crescentes os debates em torno da formação de professores de Educação Básica e, por conseguinte, em torno da formação de professores de

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

Educação Física, resultando na elaboração de normativas específicas para a área, como a resolução nº 07, de 31 de março de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação plena em Educação Física.

Frente a estas constatações, buscaremos realizar alguns debates em torno da formação de professores para a Educação Básica e para a Educação Física, analisando de maneira crítica as determinações trazidas pelas diretrizes acima citadas. Como questão norteadora das discussões, perguntamos se tais normativas estão perspectivando e possibilitando a formação de um profissional que tenha a compreensão das relações sociais, que possa atuar de maneira crítica frente à sociedade, que saiba da importância do coletivo sobre o individual, que entenda a necessidade da transformação do meio em que vivemos e tenha como desejo agir para a construção de um ambiente socialmente mais justo para todos.

Procuraremos expor também alguns princípios que orientam a LDB frente à formação de professores de Educação Física. Tentaremos identificar o perfil de professor apontado por essas normatizações; investigar os debates que acontecem em torno dessas questões e analisar se esse contexto condiz com a necessidade de professores críticos e comprometidos com o social.

Para responder as dúvidas e inquietações apontadas, foram realizados estudos no formato de pesquisa indireta, bibliográfica e documental, em que o percurso metodológico indicado pela análise de conteúdo proposto por Bardin (2004) foi orientador de nossa análise, sem, contudo, procedermos a uma análise de conjuntura, mas unicamente nos guiando pelo seu procedimento prático.

Assim, nesta primeira parte da produção apresentaremos uma breve introdução contendo a justificativa, os objetivos e a metodologia deste trabalho, itens que julgamos necessários à melhor compreensão deste artigo.

Na sequência traremos alguns debates atuais em torno da formação de professores da Educação Básica, referenciados principalmente sobre a temática da LDB e sua relação com a atual mercadorização do conhecimento dentro do contexto da sociabilidade capitalista.

No item seguinte, serão tratadas algumas discussões sobre possibilidades de formação de professores em Educação Física com maior capacidade de realizar a uma crítica social - compreender as injustiças impostas pelo atual sistema - e que tenham a capacidade de agir nesse meio com o intuito de transformá-lo.

Por fim, chegaremos às considerações finais do processo de pesquisa, onde estarão explicitadas algumas de nossas conclusões sobre os diversos debates citados durante a

produção deste artigo.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E POLÍTICAS NEOLIBERAIS: QUAIS SUAS RELAÇÕES?

Produzida em tempos de globalização, a nova LDB pôde se ajustar à conjuntura, ou seja, aos acontecimentos, cenários, atores, relações de forças e, desta forma, ser capaz de proporcionar aos governantes os meios necessários para a implementação de políticas educacionais adequadas à redução do Estado, inclusive na área da educação obrigatória e gratuita². Desta forma, é preciso que estejamos atentos às restrições e ampliações de preceitos constitucionais e da própria LDB, quando objetivam somente o atendimento dos interesses das elites, de dentro ou fora do poder. É uma tarefa difícil, pois as autoridades responsáveis por tais regulamentações, de maneira geral, se identificam com a política governamental excludente, escancaradamente a favor do capital financeiro internacional, responsabilizando-se pelos ajustes econômicos incidentes quase que exclusivamente sobre a esfera executiva e sobre as classes subalternas.

De acordo com Silva (2001), a tendência em governar por decretos e resoluções, com a aprovação de medidas pontuais em relação à formação profissional e regulação da atuação dos professores, é coerente com o projeto de ajuste neoliberal, que tem como pressuposto fundamental a desregulamentação do trabalho e a privatização do fomento às necessidades sociais (saúde, educação, energia, água, etc).

Macedo (2000) afirma que o Ministério da Educação (MEC) utiliza-se da culpabilização da instituição escola e de seus atores pelo quadro de má qualidade da educação nacional para legitimar a criação de diretrizes que suportem um amplo conjunto de reformas educacionais. No caso das diretrizes para formação de professores, por exemplo, a reformulação parece basear-se na ideia de que há um problema pedagógico, expresso pela inadequação dos currículos de formação, e um problema organizacional, que se define pela incapacidade das atuais instituições formadoras, tal como se organizam, de suprirem as demandas de formação de professores.

No entanto, o problema da formação de professores não deve ser reduzido à dimensão técnica dos âmbitos pedagógico e organizacional. Estes precisam ser entendidos, fundamentalmente, como de natureza política. Uma verdadeira reforma não pode ser pautada

² Não nos cabe aqui, tampouco temos a pretensão, de apresentar o conturbado processo que conduziu ao texto da LDB (lei 9.394/96), em que as organizações sociais disputaram seu teor, sendo, no entanto, derrotadas. Sobre isso ver...(listar os livros de Saviani sobre LDB)

em como aprimorar a formação, seja no nível pedagógico ou organizacional, mas precisa discutir quais as finalidades, na esfera política, dessa formação.

Conforme Freitas (1999), no quadro das políticas educacionais neoliberais e das reformas educativas, a educação constitui-se em elemento facilitador importante dos processos de acumulação capitalista e, em decorrência, a formação de professores ganha importância estratégica para a realização dessas reformas no âmbito da escola e da educação básica. O rebaixamento das exigências para a formação docente em vários níveis – corpo docente, carga horária –, aliado às pressões dos sistemas de ensino estaduais e municipais para a "qualificação" aligeirada de seus docentes, e a ausência de políticas qualificadas de expansão do Ensino Superior público (que demandariam maior volume de recursos financeiros), têm causado a proliferação de cursos de 1.600 horas e a criação de numerosas instituições privadas, que se beneficiam dessas condições para seu crescimento e expansão, dificilmente apresentando um bom nível de qualidade.

Segundo a autora, a criação de novos cursos e instituições específicos para a formação de professores é parte da estratégia adotada pelo governo brasileiro, em cumprimento às exigências dos organismos internacionais, para a reforma no campo da formação de professores. Essa reforma cumpre dois objetivos básicos:

- a) Adequar as instituições formadoras e os conteúdos da formação aos objetivos da reforma da educação básica em curso, garantindo a aplicação dos princípios da reforma na sala de aula e na escola;
- b) Para cumprir com eficiência esse objetivo, não é necessário nem desejável que a formação ocorra nas universidades e nos centros em que a produção de conhecimento é parte integrante da formação profissional; é preciso, portanto, separar a formação de professores da formação dos demais profissionais da educação e da pós-graduação acadêmica. [...] Com essa política, desarticulam-se as faculdades e os centros de educação como instituições formadoras de educadores, profissionais de caráter amplo para atuar na docência, instituições que vêm se constituindo como centros produtores de conhecimento, geradores de novas ideias que contestam e fazem a crítica da educação, da escola e do ensino e das políticas moldadas pelas diferentes reformas educacionais (FREITAS, 1999, p. 23).

Nesse sentido, a relação entre Estado e indivíduo é substituída pela lógica que rege as relações entre prestador de serviços e consumidor, sendo que a estratificação das opções é garantida e informada pelo próprio Estado.

Reforçando essa teoria, Silva (2001) relata que as inúmeras reformas curriculares em andamento no Ensino Superior são consequências de um entrelaçamento das posições de organismos internacionais (FMI, BIRD/BM, BID, etc.) com a predisposição de países como o Brasil ao ajuste neoliberal, acatando e acolhendo o financiamento, as determinações e as

diretrizes “patrocinadas” a altos juro.

De acordo com Macedo (2000), o entendimento da educação como bem privado cria um impacto fundamental: a educação passa a ser tratada como um valor de troca. O valor da educação deixa de ser intrínseco e passa a se situar fora do campo da própria educação, na troca do bem adquirido por emprego, prestígio, conforto. Assim, as credenciais educacionais passam a valer não pelo que representam em termos de conhecimento, mas por seu potencial de conquista de espaços e status na sociedade.

Entendendo que as diretrizes para a educação nacional são as responsáveis legais para referenciar, entre outros aspectos, a formação docente, a seguir apresentaremos algumas compreensões das conseqüentes influências neoliberais nessa formação e quais os reflexos para o atual contexto educacional.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: QUAL O CENÁRIO ATUAL?

Conforme Freitas (1999), no que tange às concepções de formação, assistimos ao retorno da concepção tecnicista do educador (neotecnicismo), com ênfase nos aspectos pragmatistas da formação. A opção por esse modelo de formação atende aos princípios de flexibilidade, eficiência e produtividade dos sistemas de ensino, negando a trajetória histórica do movimento dos educadores na luta pela melhoria das condições de sua formação profissional, retirando das faculdades/centros de educação a experiência construída historicamente de formação de professores e de produção de conhecimento na área educacional em suas múltiplas dimensões.

Em concordância com a autora, Caldeira (2001, p. 90) assevera que os cursos de formação, em geral, têm privilegiado os meios de ensino, o “como fazer”, deixando de lado a discussão mais relevante que responde à pergunta “para que ensinar”. Não têm sido discutidas as questões relativas às finalidades político-sociais da educação e do ensino, promovendo uma redução do papel do professor, que se transforma em um técnico, em um mero executor de decisões tomadas por especialistas.

A formação de professores apresenta-se atualmente como um desafio relacionado ao futuro da educação básica, que, por sua vez, é uma das grandes responsáveis na formação de nossas crianças e jovens. No entanto, as perspectivas de que essa formação de professores ocorra em bases teoricamente sólidas, fundada nos princípios de qualidade e melhor compreensão social denotam ser cada vez mais remotas.

Para David (2002), grande parte dos pesquisadores da formação superior concorda que

os modelos instituídos ao longo da história se pautaram pela manutenção da exclusão, pela fragmentação e por rupturas entre o mundo oficial (que traz a globalização excludente como sinal de progresso e pós-modernidade) e o mundo real (onde acontecem de fato as relações professor-aluno-sociedade), condição que se agravou ainda mais com a implantação das políticas neoliberais de governo, que divulgam e reforçam formas artificializadas de ver o real e as relações sociais existentes nele.

A redução dos recursos públicos para a educação pública, o asfíxiamento das universidades públicas e a trágica realidade da escola pública [...] vão evidenciando a impossibilidade de resolução desses problemas nos marcos das relações sociais vigentes. A consciência dessa situação por parte dos educadores exige o desvelamento dos reais fundamentos das propostas de formação de professores em curso em nosso país. Assumir com radicalidade as propostas de profissionalização do magistério, dando-lhes o conteúdo que o movimento dos educadores vem construindo ao longo de sua história, este parece ser o desafio atual (FREITAS, 1999, p.29).

Seguindo nesse debate, Carvalho (1998) afirma que no momento atual é necessária uma política pública de formação que trate, de maneira ampla, simultânea e de forma integrada, tanto da formação inicial como das condições de trabalho, remuneração, carreira e formação continuada dos docentes, pois a valorização docente é uma das principais medidas para a melhoria da qualidade no sistema de ensino da nossa sociedade.

De acordo David (2002), o docente deve ser compreendido como um profissional da educação, com o domínio dos conhecimentos específicos de sua área e os saberes pedagógicos necessários para a sua aplicabilidade na escola, respaldado por uma competência política que assegure um agir social com vistas à transformação da realidade como um todo. Assim a identidade do professor não seria a de um técnico reproduzidor de conhecimentos acumulados, mas um educador com capacidade de produzir conhecimentos através de sua práxis educativa na perspectiva de intervenção no coletivo social.

Pensar a formação, nessa perspectiva, é buscar compreender melhor para quê, para quem e para onde está se dando a formação profissional em nosso país e sob quais pressupostos estão sendo estruturadas as Diretrizes Curriculares Nacionais. Não basta que as mesmas reforcem o princípio da reflexão sobre a ação na prática pedagógica e social do professor, é preciso ter claro que o processo educativo transcende ao mero domínio de competências técnicas para solucionar problemas vinculados à educação de resultados, pois se trata de um fenômeno intencional de extrema complexidade, revelando ser, acima de tudo, um ato político dedicado à formação humana.

Freitas (1999) afirma que a Associação Nacional para Formação dos Profissionais da

Educação (ANFOPE), no movimento de reformulação dos cursos de formação do educador, vem contribuindo com a construção coletiva de uma concepção sócio-histórica de educador em contraposição ao caráter tecnicista e conteudista que tem caracterizado as políticas de formação de professores para a escola básica em nosso país. Ela tem, na concepção de base comum nacional, em oposição à concepção de currículo mínimo, o instrumento que marca a resistência às políticas de aligeiramento, fragilização e degradação da formação e da profissão do magistério.

Segundo a autora, a elaboração da concepção da base comum nacional vem acontecendo cotidiana e coletivamente nas propostas concretas de organização curricular nas diferentes Instituições de Ensino Superior (IES) de nosso país, articulando a unidade dos educadores em torno de princípios norteadores da formação. O conteúdo da formulação da base comum nacional é um instrumento de luta e resistência contra a degradação da profissão do magistério, permitindo a organização e reivindicação de políticas de profissionalização que garantam a igualdade de condições de formação. Apresenta-se ainda como um elemento unificador da profissão, ao defender que a docência é a base da formação de todos os profissionais da educação.

O atual quadro das políticas para a formação de professores desafia-nos a pensar propostas concretas que possam consolidar a base comum nacional como uma perspectiva de saídas alternativas e em oposição à estrutura dos cursos de formação espalhados em nosso país. Pensar essas alternativas é colocar em movimento as concepções e práticas que orientam o pensamento mais avançado no campo da formação de professores, buscando uma educação com bases sólidas, voltada à formação humana.

Em uma perspectiva de educação crítica e transformadora, faz-se necessário assumir a concepção sócio-histórica de educador, concepção de formação do profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com a consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade. Um educador que, enquanto profissional do ensino, tem a docência como base da sua identidade profissional, domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido. Isso lhe permitiria perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere.

Diante das discussões abordadas até o momento em torno da formação de professores, torna-se, de igual maneira importante, a realização desses debates no contexto específico da formação de professores na área de Educação Física, já que esta é componente curricular obrigatório da Educação Básica em nosso país, tendo uma grande parcela de responsabilidade na busca de uma formação mais humana e emancipada de nossas crianças e jovens.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A QUAIS COMPREENSÕES PODEMOS CHEGAR?

A partir deste ponto abordaremos algumas produções de autores que tratam da temática sobre formação de docentes na área específica da Educação Física e que apontam para a necessidade de termos professores mais conscientes das relações sociais injustas nas quais encontramos-nos imersos. Tal formação aponta para a possibilidade de análise crítica do meio social e o desejo de lutar para transformá-lo em um ambiente mais justo e igual para todos.

Com a aprovação da resolução nº 07, em 31 de março de 2004, instituíram-se as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. A partir de então, o curso não mais poderia oferecer as duas habilitações – licenciatura e bacharelado – em uma grade curricular comum, como vinha acontecendo, desde a resolução nº 03/87, em grande parte das instituições de ensino. Essa nova resolução define a Educação Física como

[...] Uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (BRASIL, 2004, p.1).

De acordo com tais Diretrizes (BRASIL, 2004, p. 2), as competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física.

Com relação ao professor de licenciatura plena em Educação Física, fica determinado que

O Professor da Educação Básica, licenciatura plena em Educação Física, deverá estar qualificado para a docência deste componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação própria do Conselho Nacional de Educação, bem como as orientações específicas para esta

formação [...] (BRASIL, 2004, p.1).

As orientações específicas encontram-se na própria Resolução nº 07/04 e descrevem que

[...] As unidades de conhecimento específico que constituem o objeto de ensino do componente curricular Educação Física serão aquelas que tratam das dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas, técnico-instrumentais do movimento humano (BRASIL, 2004, p.3).

Segundo Taffarel e Lacks (2007), essas diretrizes privilegiaram áreas de conhecimento e diferentes formações e habilitações, portanto a ideia da divisão na formação foi mantida. Foi definido também que o objeto de estudo da Educação Física é o movimento humano e foram destacadas as competências que um professor deveria desenvolver durante a sua formação. Nas diretrizes a questão das competências é justificada a partir do argumento da exigência de “novas demandas do mercado de trabalho”. As autoras salientam que uma proposta em que se enfatizam as “competências” tende a produzir uma formação aligeirada. Essa formação privilegiaria a aplicabilidade de conhecimentos e não a compreensão da complexidade do seu processo de produção, que vai desde a falta de incentivos oficiais, passando pelas estruturas dos próprios cursos de formação, até o debate sobre a caracterização da área e do objeto de conhecimento da Educação Física.

Para que haja uma discussão significativa sobre a formação de professores é necessário ultrapassar os debates cotidianos dos conteúdos escolares, das metodologias específicas e dos contratos de trabalho, e refletir sobre o tipo de sociedade em que vivemos e as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado no campo da educação e da sociedade em geral.

Segundo David (2002), torna-se muito difícil abordar a questão da formação de professores/profissionais em Educação Física de forma isolada ou centralizando a crítica exclusivamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pois, mesmo admitindo alguns avanços dentro de aspectos estruturais do processo educativo, pedagógico e curricular sugeridos, esses preceitos não refletem significativamente projetos transformadores, uma vez que já estão determinados por sua matriz epistêmica no campo político e econômico-produtivo do modelo capitalista.

Conforme o autor, enquanto área de conhecimento, a Educação Física configura-se como um lugar que sistematiza, acumula, reflete, reorganiza e transforma saberes junto e/ou decorrentes da cultura corporal. Como prática profissional, ela apresenta-se sob forma de atividade docente no sentido amplo, compreendendo, até mesmo, que a ação educativa

caracteriza-se por procedimentos metodológicos fundados em bases culturais, científicas, éticas e sociais, direcionadas para a formação social e humana, seja na educação formal, seja nos diversos lugares da vida social.

A prática docente deverá garantir conhecimentos e possibilidades vivenciais ao sujeito-educando, para que ele possa utilizá-los de forma adequada e autônoma no transcorrer de sua vida educacional e nas demais práticas sociais constituídas pela vertente da saúde, do esporte, dos jogos, das danças, do lazer e nas linguagens de movimento e expressão.

David (2002) acredita que a organização curricular e os conteúdos significativos para uma boa formação profissional devem contemplar, sobretudo, o mundo real e, nele, as novas dinâmicas do mundo do trabalho, o avanço do conhecimento e os reordenamentos histórico-sociais. Todavia, devem estar atentos às propostas espontaneístas ou baseadas na competência prática ou mesmo num tipo de ativismo utilitarista, pois estas proposições tendem a desfigurar qualquer currículo ou perfil que esteja voltado intencionalmente para uma formação acadêmico-profissional comprometida com a práxis transformadora humana.

Com relação a isso, Taffarel *et al* (2007) propõem a adoção de currículos plenos para cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física, que terão a cultura corporal como objeto de estudo, a prática social (práxis) como eixo articulador e a História como matriz científica. Os conhecimentos serão tratados por sistemas de complexos temáticos e relacionados a conhecimentos de formação ampliada, conhecimento identificador da área e conhecimento identificador do aprofundamento de estudos.

Os Conhecimentos de Formação Ampliada são aqueles que permitem uma compreensão de conjunto, radical e de totalidade comum a qualquer tipo de formação profissional. Compreendem os estudos acerca das relações do ser humano com a natureza, com os demais seres humanos na sociedade, com o trabalho e com a educação. [...] O conhecimento Identificador da Área compreende o estudo das relações entre cultura corporal e natureza humana, cultura corporal e territorialidade, cultura corporal e mundo do trabalho, cultura corporal e política cultural. Os Conhecimentos Identificadores do Aprofundamento do Estudo serão delimitados por cada Instituição de Ensino Superior (IES), partindo de sua capacidade de investigação, da instalação de grupos de pesquisa, de seus programas de Pós-Graduação integrados com a Graduação (TAFFAREL *et al*, 2007, p. 48).

De acordo com os autores, o curso de Licenciatura Ampliada em Educação Física será guiado pelo critério da orientação científica, da integração teoria-prática e pelo critério do conhecimento das relações do ser humano, do mundo do trabalho, da cultura corporal e da sociedade. Isto possibilitará uma formação abrangente para a competência profissional de um trabalho em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as

áreas de conhecimento científico e a especificidade da Educação Física. Guiar-se-á, também, pelo estudo das distintas manifestações clássicas e emergentes da cultura corporal e esportiva, identificadas com a tradição da Educação Física.

Por meio de esforços e iniciativas como estas, que realmente buscam a superação da organização social como está atualmente, temos esperança de que muitas conquistas ainda serão realizadas no sentido de tornar a Educação Física uma área de conhecimento socialmente mais crítica e que busque, dentro do sistema educacional, contribuir para a conscientização de mais e mais pessoas sobre as injustas relações sociais que o modelo capitalista lhes determina e a necessidade de superá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da formação de professores é um campo que possibilita debates das mais variadas naturezas. Dentre esses debates escolhemos tratar daqueles relacionados ao estudo das normativas que envolvem o processo da formação em geral e também da formação em Educação Física.

Um dos pontos fortes desta produção é o debate em torno da formação de professores, em que foram feitas análises das diretrizes instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse processo constatamos que a LDB, da forma como é apresentada, não é definidora por si só da questão da qualidade de um curso, pois deixa lacunas em seus ditames que ficam à mercê dos critérios de interpretação das instituições. Nesse contexto estão inclusos quesitos importantes que, no nosso entendimento, deveriam estar melhor explicitados, como por exemplo os padrões definidores de qualidade, instituída pela lei e objetivada para os cursos.

Essas indefinições necessitam ser respondidas e, posto que a própria LDB e suas posteriores normativas não as respondem suficientemente, entra em cena a influência das políticas neoliberais, que buscam vorazmente interpretar e preencher as lacunas deixadas na legislação com sua ideologia de mercadorização de todos os bens possíveis, inclusive o conhecimento.

Neste contexto, os grupos que detêm o atual poder de decisão determinam as regras impostas às massas populares trabalhadoras, reforçam a ideia de que os professores podem ter qualquer tipo de formação e que a qualidade da formação não seja um item de grande relevância. Institui-se um processo de certificação do professor sem que este esteja realmente preparado para um processo de ensino-aprendizagem que busque a crítica social.

Em vista disso cria-se uma enorme desvalorização dentro da própria formação profissional, com o incentivo ao aligeiramento dos cursos, a desconexão do *locus* da formação do licenciado com o da pesquisa e da construção de novos conhecimentos.

Em oposição a esse quadro, existem movimentos que defendem reformulações nos cursos de formação do educador. Dentre essas reformulações estão a construção da concepção de um currículo de base comum nacional com sólida formação inicial, a valorização do magistério, condições dignas de salário e carreira e formação continuada como um direito dos professores e obrigação do Estado. Entendemos que essa leitura da realidade educacional e social seja capaz de possibilitar ações para a transformação da sociedade num ambiente mais justo, por isso apoiamos essa perspectiva.

No caso da área específica da Educação Física, há estudos capitaneados pela professora Celi Zulke Taffarel que consideram as diretrizes atuais para a formação de professores um retrocesso histórico, uma tática de desqualificação do professor durante o seu processo de formação acadêmica, por dividir os profissionais entre licenciandos e graduandos e por ignorar proposições teóricas que superam as contradições mantidas. Nesse contexto são apresentados, como superação desse modelo, os currículos plenos para os cursos de Licenciatura Ampliada em Educação Física caracterizados por uma nova organização que objetiva formar professores com melhor clareza das situações sociais adversas e com a possibilidade de agir em prol da transformação destas.

Entendemos que o processo de formação dos professores está indissociavelmente ligado ao processo educativo realizado com as crianças e jovens nas escolas de nosso país, portanto a reflexão sobre a realidade na qual estamos inseridos pode contribuir muito para o movimento de transformação da mesma, pois acreditamos que somente essa transformação pode trazer de fato uma sociedade justa e igual para todos.

NEOLIBERAL INFLUENCES AND OVERCOMING PROPOSAL: THE TEACHERS' FORMATION IN DEBATE

ABSTRACT

This article brings analysis of some debates associated to the teachers' formation of Basic Education and Physical Education, searching for the comprehension of the LDB's influences and other guidelines, as well as the neoliberal ideology in this context. Also points out, as opposed to the current situation, movements that defend reformulations in formation courses of the educator. Among these reformulations are the conception's construction of a national common base curriculum with solid initial formation, enhance prestige of teaching, decent conditions of salary and career and continuing formation as a right of teachers. We understand that, due to social injustice, it is necessary to work aiming the constitution of the

movement for social transformation, in a critical-social approach.

KEYWORDS: *teachers' formation; LDB; neoliberal ideology; national common base curriculum.*

INFLUÊNCIAS NEOLIBERAIS Y PROPUESTA SUPERADORA: LA FORMACIÓN DE DOCENTES EN DEBATE

RESUMEN

Este artículo trae análisis de algunos debates relacionados con la formación de docentes de Educación Básica y de Educación Física, buscando la comprensión de las influencias de la LDB y otras directrices, así como de la ideología neoliberal en este contexto. También señala, en oposición al actual cuadro, movimientos de defensa de reformulaciones en los cursos de formación del profesor. Entre estas reformulaciones están la construcción de la concepción de un currículo de base común nacional con sólida formación inicial, la valoración de la enseñanza, condiciones dignas de salario y carrera y la formación continuada como un derecho de los docentes. Entendemos que, delante de las injusticias sociales, es necesario trabajar objetivando la constitución del movimiento de transformación social, en un enfoque crítico-social.

PALABRAS CLAVES: *formación de docentes; LDB; ideología neoliberal; currículo de base común nacional.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução n. 07*, de 31 de março de 2004. Publicado no Diário Oficial da União em 05 de abril de 2004.

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro. A formação de professores de educação física: quais saberes e quais habilidades? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 87-103, maio 2001.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. A nova lei de diretrizes e bases e a formação de professores para a educação básica. *Revista Ciência & Educação*, 1998. Seção Artigos. Disponível em:

www2.fc.unesp.br/cienciaeducacao/include/getdoc.php?id=501&article=146&mode=pdf >.

Acesso em: 18 out. 2008.

DAVID, Nivaldo Antônio Nogueira. A formação de professores de educação básica: dilemas atuais para a educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 119-133, jan. 2002.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do ensino superior no campo da formação dos

profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 68, p.17-43, dez. 1999.

MACEDO, Elizabeth. Formação de professores e diretrizes curriculares nacionais: para onde caminha a educação? *Revista Teias*, 2000. Seção em pauta. Disponível em: <<http://www.revistateias.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/29/31>>. Acesso em: 18 out. 2008.

OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli de; COSTA, Lamartine Pereira da. Educação física/esporte e formação profissional/campo de trabalho. *Educação física/ciências do esporte: intervenção e conhecimento*, Florianópolis: CBCE, 1999.

SILVA, Katharine Ninive Pinto. O processo de reestruturação curricular nas instituições de ensino superior – O perfil do professor de educação física a partir das novas políticas educacionais brasileiras. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 12, 2001, Caxambu. Sociedade, ciência e ética: desafios para a educação física/ciências do esporte. *Anais...*, Caxambu: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001.

TAFFAREL, Celi Zulke; LACKS, Solange. Formação humana e formação de professores: contribuições para a construção do projeto histórico socialista. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15, 2007, Pernambuco. Política científica e produção do conhecimento. *Anais...* Pernambuco: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

TAFFAREL, Celi Zulke et al. Uma Proposição de Diretriz Curricular Para a Formação de Professores de Educação Física. In: TAFFAREL, Celi Zulke; HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner (Org). *Currículo e educação física: formação de professores e práticas pedagógicas nas escolas*, Ijuí: Unijuí, 2007. 470p. (Coleção educação física)